

Sumário

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	19
1. Introdução	19
2. A Era Exponencial e a Quarta Revolução Industrial.....	27
3. Transformação digital no Poder Judiciário brasileiro	32
4. Tecnologia no contexto jurídico	46
4.1. Automação do processo	49
4.2. Inteligência Artificial e Direito	53
4.3. Cortes Remotas.....	109
4.4. Ciência de Dados e Jurimetria	111
4.5. Microssistema de Justiça Digital: as Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário.....	128
5. Democracia Eletrônica, Administração eletrônica e <i>e-government</i>	172
6. O Direito Digital como ramo autônomo e multidisciplinar	186
6.1. A clássica distinção entre Direito Público e Direito Privado	186
6.2. Normas de ordem pública e normas de ordem privada	187
6.3. O Direito Digital: autonomia e multidisciplinaridade.....	187
6.4. Gênese normativa do Direito Digital no Brasil	189
7. O Direito Digital no Projeto de Novo Código Civil (PL n.º 4/2025 do Senado Federal) - A Codificação da Pessoa, do Patrimônio e das Relações Jurídicas no Ambiente Digital	190
7.1. Introdução: o Código Civil diante da Revolução Digital.....	191
7.2. O contexto histórico: da descodificação à recodificação digital.....	191
7.3. Arquitetura do Livro VI: estrutura e visão geral.....	192
7.4. Disposições gerais e fundamentos (Capítulo I)	193
7.5. A Pessoa no ambiente digital (Capítulo II)	193
7.5.1. Identidade digital e direitos da personalidade.....	193

7.5.2.	Os neurodireitos: uma fronteira civilista inédita	194
7.5.3.	O direito à exclusão de dados e à desindexação	194
7.6.	Situações jurídicas no ambiente digital (Capítulo III)	195
7.7.	O direito ao ambiente digital transparente e seguro (Capítulo IV)	195
7.8.	Patrimônio Digital e Herança Digital (Capítulo V)	196
7.9.	Crianças e adolescentes no ambiente digital (Capítulo VI)	196
7.10.	Inteligência Artificial (Capítulo VII)	197
7.11.	Contratos Digitais (Capítulo VIII)	198
7.12.	Assinaturas eletrônicas (Capítulo IX)	198
7.13.	Atos Notariais Eletrônicos – E-Notariado (Capítulo X)	199
7.14.	Observações críticas e perspectivas	199
7.14.1.	A opção pela codificação: méritos e riscos	199
7.14.2.	O diálogo com o microsistema digital	200
7.14.3.	A acessibilidade como condição de validade	203
7.15.	Considerações Finais: o Código Civil Convocado	203
CAPÍTULO II. A TECNOLOGIA E O DIREITO		205
1.	Noções gerais de contratos inteligentes e <i>Blockchain</i>	205
2.	Normatividade pós-moderna: <i>code is a new law?</i>	217
2.1.	Ascensão e queda do jusnaturalismo	217
2.2.	Ascensão e queda do positivismo jurídico	220
2.3.	Pós-positivismo	223
2.4.	Avanço tecnológico e normatividade	227
2.5.	Notas conclusivas: a normatividade pós-moderna entre o código e o direito	244
3.	Constitucionalismo Digital: <i>Conceito, Contradições e Perspectivas para o Direito Brasileiro</i>	246
3.1.	Introdução: o constitucionalismo diante da era digital	246
3.2.	Bases conceituais: constituição e constitucionalismo como invenção moderna	247
3.3.	A matriz teórica: pluralismo constitucional, constitucionalismo global e societal	248
3.3.1.	Pluralismo constitucional	248
3.4.	Constitucionalismo global	248
3.5.	Constitucionalismo societal	248
3.6.	Constitucionalismo digital: usos, sentidos e contradições	249
3.6.1.	Gênese e polissemia do conceito	249

3.6.2.	Primeiro sentido: o constitucionalismo digital como fenômeno normativo.....	249
3.6.3.	Segundo sentido: a reconfiguração de proteções constitucionais diante da digitalização	249
3.6.4.	Terceiro sentido: moldura teórica para meios de aplicação do Direito em tecnologias digitais	250
3.7.	A "constitución del algoritmo": a contribuição de Balaguer Callejón...	250
3.8.	Limites, contradições e riscos do constitucionalismo digital	251
3.8.1.	A imprecisão epistemológica do conceito.....	251
3.8.2.	O risco de legitimação de assimetrias de poder	251
3.8.3.	O déficit de legitimidade democrática	252
3.9.	O caso brasileiro: constitucionalismo digital e jurisdição constitucional	252
3.9.1.	O Marco Civil da Internet como expressão do constitucionalismo digital.....	252
3.9.2.	A jurisdição constitucional diante dos desafios digitais....	252
3.10.	A reserva de humanidade como fronteira constitucional à inteligência artificial.....	253
3.11.	Considerações finais: a indispensabilidade da constituição na era digital.....	255
4.	<i>Legal design e visual law</i>	255
5.	O Pacto Nacional do Judiciário pela linguagem simples	276
5.1.	Introdução: linguagem jurídica e a crise de inteligibilidade do Direito...	276
5.2.	O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples: natureza, objeto e alcance	277
5.3.	Linguagem simples como garantia de acesso à justiça.....	277
5.4.	Linguagem simples e democracia constitucional	278
5.5.	A influência do movimento internacional de <i>plain language</i>	279
5.6.	Os compromissos institucionais do pacto e a nova cultura judicial...	279
5.7.	Os cinco eixos estruturantes do pacto	280
5.7.1.	Eixo 1: Simplificação da linguagem dos documentos	280
5.7.2.	Eixo 2: Brevidade nas comunicações	280
5.7.3.	Eixo 3: Educação, conscientização e capacitação	280
5.7.4.	Eixo 4: Tecnologia da informação	281
5.7.5.	Eixo 5: Articulação interinstitucional e social	281
5.8.	Linguagem simples e transformação digital da justiça.....	281
5.9.	Linguagem simples e inteligência artificial no Poder Judiciário	282
5.10.	Linguagem simples e teoria da decisão judicial.....	282

5.11.	Epílogo	283
5.12.	O <i>Design</i> como a ponte entre a fundamentação jurídica e o cidadão ...	283

CAPÍTULO III. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, O ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O MARCO CIVIL DA INTERNET

1.	Introdução	287
2.	Panorama histórico e fontes legislativas	291
3.	A LGPD e suas disposições preliminares	302
4.	Princípios	307
5.	Tratamento de dados pessoais e direitos do titular	313
6.	Agentes de tratamento, ANPD, fiscalização e sanções.....	322
7.	Vigência	331
8.	LGPD e Poder Judiciário.....	333
9.	Publicidade processual e a proteção de dados	334
10.	Acesso aos dados do Judiciário para fins comerciais e contraprestação ao Poder Público	353
11.	Estatuto Digital da Criança e do Adolescente	357
11.1.	O Problema da Arquitetura Institucional.....	361
11.2.	A Gênese do Problema- Duas Lógicas Regulatórias em Convergência: a lógica da proteção de dados pessoais.....	362
11.2.1.	A lógica da proteção integral da infância digital.....	362
11.2.2.	A tensão estrutural	363
11.3.	Direito Comparado: Modelos de Regulação da Infância Digital	363
11.3.1.	O modelo da autoridade específica: o caso britânico.....	363
11.3.2.	O modelo da autoridade setorial autônoma: o caso irlandês.....	363
11.3.3.	O modelo regulatório integrado: o <i>Digital Services Act</i> europeu	364
11.4.	A Solução Técnica: o Modelo de Convergência Funcional com Especialização Interna	364
11.4.1.	Primeiro pilar: Criação de Superintendência ou Diretoria Especializada em Proteção Digital da Infância	364
11.4.2.	Segundo pilar: Separação funcional entre as lógicas regulatórias — o princípio da dupla finalidade.....	365
11.4.3.	Terceiro pilar: Articulação interinstitucional estruturada — o Comitê Consultivo de Proteção Digital da Infância	365
11.4.4.	Quarto pilar: Regulação responsiva e escalonada — do diálogo à sanção	366
11.4.5.	Quinto pilar: Governança digital baseada em evidências — o dever de monitoramento contínuo	366

11.5.	O Mosaico Regulatório: a ANPD no Sistema de Garantia de Direitos ...	367
11.6.	Síntese Propositiva e Considerações Finais	367
12.	Marco Civil da Internet	368
CAPÍTULO IV. PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS		385
1.	Introdução	385
2.	Contextualização	391
2.1.	Reconhecimento facial	404
2.2.	Rastreamento de contatos	415
2.3.	Dados de localização (GPS)	418
2.4.	Estado, iniciativa privada, proteção de dados e privacidade	423
3.	Crimes virtuais e cibersegurança	429
4.	<i>Deep web</i> e <i>Dark web</i>	455
5.	Criptomoedas e Lavagem de dinheiro	463
6.	Provas digitais	482
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		515